



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0273/12	DATA: 10/04/2012
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 16h45min	DURAÇÃO: 01h38min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h38min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Eleição do 3º Vice-Presidente e elaboração do roteiro dos trabalhos.

OBSERVAÇÕES



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo *quorum* regimental, nós vamos começar nossa reunião.

Declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa.

Encontram-se à disposição das Sras. e Srs. Deputados cópia da ata da 1ª reunião.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata.

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Sra. Presidente, eu li rapidamente a ata; e eu já havia solicitado naquela ocasião que, se fosse possível, remetessem cópia do processo que culminou com a sentença do juiz.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Isso não consta na ata. É só para fins de registro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Faça um requerimento. É importante que nós tenhamos claro que as proposições, as sugestões têm que ter concretude através dos requerimentos, para que possam ser apreciadas. Certo, Deputado? Estamos no aguardo do seu requerimento, para que possamos agir imediatamente. Acho que de pronto nós podemos já solicitar a cópia. Mas, enfim, estamos no aguardo de seu requerimento para tanto. Tão logo nos chegue o requerimento, nós vamos encaminhá-lo.

A Deputada Iracema Portella solicitou que fosse dispensada a leitura da referida ata, a qual gostaria de colocar em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, estou dispensando a leitura da ata, a pedido da Deputada Iracema Portella.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Informo que a Deputada Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, justifica sua ausência à reunião anterior em virtude de problemas de saúde.



A Deputada Fátima se encontra aqui nesta reunião. Estamos apenas justificando a sua ausência na reunião anterior.

Informo ainda que a Deputada Teresa Surita, do PMDB de Roraima, também justifica sua ausência à reunião anterior em razão de compromissos e atividades político-partidárias em seu Estado.

Portanto, tanto a Deputada Fátima quanto a Deputada Teresa Surita estão apresentando justificativa de sua ausência à reunião anterior.

Nós temos a seguinte Ordem do Dia, conforme deliberação da reunião anterior: eleição do 3º Vice-Presidente, elaboração de roteiro dos trabalhos e apreciação de requerimento.

Passamos ao item 1 da pauta, que é sobre a eleição do 3º Vice-Presidente.

Nós temos aqui registrada a candidatura, do ponto de vista formal, do Deputado Otoniel Lima, do PRB de São Paulo, conforme o Ofício nº 38, de 2012, da Liderança do PRB.

Consulto, para saber se há registro de outras candidaturas. *(Pausa.)*

Não havendo outros candidatos ou candidatas, nós passamos então à eleição. Vou convidar a Deputada Iracema Portella para auxiliar no processo de eleição.

Solicito à Deputada que, tão logo chegue à Mesa, proceda à chamada nominal dos Deputados, para votarem para a 3ª Vice-Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Deputada Dalva Figueiredo; Deputada Erika Kokay; Deputada Fátima Bezerra; Deputado Luiz Couto; Deputado Luiz Pitiman; Deputado Marllós Sampaio; Deputado Ronaldo Benedet; Deputada Teresa Zurita; Deputado Marco Tebaldi; Deputado Nelson Marchezan Junior; Deputado Vanderlei Macris; Deputada Iracema Portella; Deputado José Linhares; Deputado Mandetta; Deputada Professora Dorinha; Deputada Gorete Pereira; Deputado Paulo Freire; Deputada Keiko Ota; Deputado Paulo Rubem Santiago; Deputada Carmen Zanotto; Deputado Eros Biondini; Deputado Padre Ton; Deputado Mauro Benevides; Deputado Mauro Lopes; Deputado Deley; Deputado João Ananias; Deputado Otoniel Lima; Jean Wyllys; Deputada Liliam Sá; Deputado Roberto Santiago; Deputada Rebecca Garcia; Deputado Roberto Britto; Deputado



Alexandre Leite; Deputado Ronaldo Fonseca; Deputado Arnaldo Jordy; Deputado Dr. Aluizio; Deputado Ronaldo Nogueira; Deputado Edmar Arruda; Deputado Guilherme Mussi; Deputado Marcelo Aguiar; Deputado João Ananias; Deputado José Linhares; os senhores podem se dirigir à cabina para votar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu transfiro esta Presidência ao Deputado Luiz Pitiman. Vou ter que me dirigir agora à Comissão de Direitos Humanos, mas volto em seguida.

Deputado Luiz Pitiman, por favor.

*(Processo de votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Pitiman) - Está encerrada a votação.

Apuração dos votos.

Solicito à Deputada Iracema Portella que verifique se o número de sobrecartas coincide com o número de votantes. *(Pausa.)*

A Deputada Iracema Portella confirma que coincide, e que o número é igual a 15.

Passamos agora à apuração dos votos.

Solicito, então, à Deputada Iracema Portella que proceda à contagem dos votos. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Pitiman) - Confirmado, então.

Nenhum voto em branco; 15 votos favoráveis ao Deputado Otoniel Lima.

Vou proclamar o resultado: eleito o Deputado Otoniel Lima para o cargo de 3º Vice-Presidente, com 15 votos.

Parabéns, Deputado!

Agradeço à Deputada Iracema Portella a colaboração.

Declaro empossado o Deputado Otoniel Lima, e consulto S.Exa. sobre se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO OTONIEL LIMA** - Sim, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu quero cumprimentar todas as Deputadas e Deputados por esta confiança em nós depositada como 3º Vice-Presidente desta importantíssima CPI. Digo que nós vamos colocar todo o nosso trabalho, todo o nosso conhecimento à disposição, junto com esta Comissão, para que nós possamos fazer um excelente trabalho.



Então, até peço desculpas aos Deputados, para não ter que declinar o nome de todos os Deputados sem esquecer de algum. Eu falo isso no modo geral. Quero agradecer e cumprimentar todas as Deputadas e Deputados desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Pitiman ) - Vamos, então, ao item 2 da pauta.

Elaboração do roteiro dos trabalhos.

Esclareço, preliminarmente, a finalidade do plano de trabalho: planejar as ações, estabelecendo-se prioridades e critérios não só para os trabalhos da CPI, mas também para o debate, visando-se à otimização do tempo, eficácia e produtividade.

Isso implica dizer que a concordância do colegiado com as propostas dos temas, de nomes de expositores, de eventos e diligências não supre a exigência regimental da apresentação dos respectivos requerimentos e de sua aprovação na forma regimental.

Vale ressaltar, ainda, que o roteiro dos trabalhos não vincula as ações da CPI, pois a dinâmica da investigação pode levar a outros caminhos, em conformidade com o entendimento deste colegiado.

De outra forma, a definição do roteiro de trabalho não se sobrepõe à prerrogativa regimental desta Presidência — inscrita no art. 47º do Regimento Interno — de organizar a Ordem do Dia das reuniões ordinárias e extraordinárias desta Comissão.

Feitas as devidas considerações, vou passar a palavra à Relatora, Deputada Liliam Sá, e depois aos Parlamentares inscritos, para ouvirmos as suas propostas.

Com a palavra a Sra. Relatora, Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, assessores, muito boa tarde.

Estou apresentando um plano de trabalho, depois de muito discutir com a nossa assessoria que linha nós começaríamos a traçar em relação ao trabalho desta CPI. Nós sabemos que a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma realidade que assola a nossa sociedade e que atinge diretamente a infância de centenas de brasileiras e brasileiros.



Houve várias CPIs aqui no Congresso, como em diversas Câmaras Municipais, em Assembleias no Brasil e em todos os países que também trabalham em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

No nosso relatório, como ponto de partida, nós estamos solicitando cópia do relatório da CPMI da Exploração Sexual de Crianças, que teve o seu término no ano de 2004, como também identificar e solicitar cópias dos relatórios de outras CPIs realizadas pelas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas no Brasil, como a de Fortaleza, que apresentou o seu relatório em março deste ano e que identificou mais de 70 pontos de exploração, uma vez que vivemos em um país continental que possui características próprias a cada região por questões socioeconômicas e culturais, ouvindo, sempre que possível, o seu presidente ou o seu relator.

Nós vamos pedir, ver se a Casa pode disponibilizar para a gente, a instalação de uma linha telefônica para receber denúncias e identificar pontos de exploração que não sejam identificados nos mapas já existentes. Tem até uns mapas que nós colocamos aí, que são de 2009 e 2010.

Também pedimos o apoio de autoridades. Nós queremos o apoio do Ministério Público, de técnicos do Governo, de policiais federais e estaduais. Que fiquem disponíveis para esta CPI.

Vamos também disponibilizar dois consultores especialistas nas áreas específicas e jurídicas; pautar os trabalhos, de acordo com os requerimentos apresentados pelos membros da CPI (nós já acatamos a sugestão de Jean Wyllys sobre cruzar as CPIs); investigar denúncias feitas ao Disque 100, que estejam relacionadas diretamente com a prostituição e exploração sexual infantil — e temos que pedir esse relatório; realizar audiências públicas e diligências, investigando as denúncias da própria CPI, ouvindo representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos do poder público, como também acusados e vítimas; realizar audiências públicas nas áreas mais críticas do País, conforme o mapa em anexo, divulgado pela Polícia Rodoviária Federal, entre eles: Natal, Fortaleza, Mato Grosso, Pará, São Paulo, Paraná, Rondônia, Acre, Manaus, Bahia, Rio de Janeiro — aqui falta Minas Gerais, tá, gente? Foi um erro da minha assessoria. Têm que colocar Minas Gerais aqui, no item 7 — está bom? Nós temos lá umas denúncias em Minas Gerais.



Vamos também ouvir nas diligências e audiências públicas dos Estados os Conselhos Tutelares. Não vamos trazer os Conselheiros aqui. Em cada Estado em que nós formos fazer as diligências, vamos procurar ouvir os Conselheiros.

Vamos realizar visitas a instituições, buscando apoio para trabalhos da CPI, como o Presidente da Câmara dos Deputados, os Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministro da Justiça, o Ministro do Turismo, o Ministro do Desenvolvimento Social, a Secretária Especial dos Direitos Humanos, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Vamos investigar, mediante informações dos órgãos públicos, se os territórios denominados "cracolândia" podem estar ligados às redes de exploração sexual infantil, pois em Aracaju recebemos denúncias de que crianças se prostituem na orla da Praia de Atalaia em troca da droga.

Uma das principais funções de uma CPI é exercer seu poder de investigação, como diz o art. 58, inciso III, da Constituição Federal. E, sendo a oitiva de pessoas de extrema importância aos trabalhos desta CPI, sugiro que sejam ouvidos: representante do Ministério Público Federal com atuação no combate aos crimes cibernéticos; representante da Polícia Federal, especialista na investigação de crimes cibernéticos; o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça; o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; o Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Adolescência; o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; representante do segmento hoteleiro; representante da Coordenação de Inteligência do Departamento da Polícia Rodoviária Federal — COINT; representantes de instituições internacionais no Brasil, como CHILDHOPE e UNICEF.

Vamos realizar reuniões em conjunto, como também trocar informações com as CPIs do Tráfico de Pessoas e do Trabalho Escravo; investigar se há ligação entre o desaparecimento de crianças e adolescentes com redes de exploração sexual; fazer levantamento e a solicitação de notícias referentes ao tema desta CPI, como,



por exemplo, as matérias veiculadas na *BBC de Londres*, *Our World: Brazil's Child Prostitutes*, o que quer dizer assim: “Nosso Mundo: Crianças Prostitutas do Brasil”. E no jornal *O Globo*, de 9 de julho de 2011: “*Departamento de Justiça Americano investiga turismo sexual infantil na Amazônia*”.

Proponho também aos nobres pares que, de acordo com o andamento dos trabalhos deste colegiado, possamos analisar e solicitar ao Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, que coloque em votação projetos e proposições já existentes, com o objetivo de se criar uma legislação mais rigorosa, a fim de punir os responsáveis pela exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ressalto que nossa preocupação não é apenas de punir os culpados, mas também de buscar mecanismos que possam reestruturar a vida dessas vítimas e que as ajudem a recomeçar uma vida nova.

Para terminar, deixo aqui um pensamento do sociólogo Herbert de Souza, que eu achei muito bonito, que é uma coisa que fala tudo: “*A criança é o princípio sem fim. O fim da criança é o princípio do fim. Quando uma sociedade deixa matar suas crianças é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade*”.

Eu quero ver se os nossos pares nesta tarde aceitam as sugestões da CPI. Se vocês tiverem alguma coisa para falar, eu gostaria de ouvir também sugestões. E mostro para vocês o que saiu aqui nas matérias, em anexo: turismo sexual avança pelo Brasil e estimula a prostituição infantil. Isso é lá fora. Um programa da *BBC* mostrou que crianças estão suprimindo uma crescente demanda de turistas estrangeiros que viajam ao Brasil atrás de sexo e acompanhou as tentativas de controlar o problema.

Estou solicitando... Peço à nossa Presidente que solicite a fita desse programa, uma cópia desse programa que foi ao ar na *BBC de Londres*, para que nós possamos identificar essas redes, ver se a gente consegue alguma coisa aqui com a Polícia Federal, saber como tudo isso está acontecendo sem que a gente tenha acesso a essa documentação.

Também, eles até colocaram fotos das meninas. Foi um relatório grande; colocaram até fotos de meninas se prostituindo. E diz assim: “*A cada semana operadores de turismo despejam nas cidades brasileiras milhares de homens*





*européus que chegam em voos fretados, especialmente ao Nordeste, em busca de sexo barato, incentivando assim a prostituição.”*

Então, eu gostaria que vocês lessem com atenção essas matérias que eu coloquei, e mais essa do Departamento de Justiça americano, que investiga turismo sexual infantil no Amazonas. Eu até falei na outra reunião: são as expedições de pesca esportiva na Amazônia um esporte de fachada para a exploração sexual das nossas crianças.

Então, está aí o plano de trabalho. Espero que seja aprovado e que sugestões sejam dadas no decorrer do nosso trabalho, para que a gente avance bastante.

Nós temos alguns requerimentos que serão lidos para serem aprovados.

Gostaria muito que a Embaixada americana pudesse enviar alguém, para que se esclareça essa notícia, que é uma coisa que atinge muito a dignidade das nossas crianças brasileiras; e que possam explicar. Então, nós podemos pedir esse requerimento — não é, Presidenta? —, para que eles possam vir aqui trazer essa denúncia e poder explicar se eles avançaram.

Estou procurando aqui uma coisa que me chamou a atenção. A polícia de lá está fazendo uma... Ah! O que me chamou a atenção, do Departamento de Justiça, está aqui no segundo parágrafo, que diz assim: *“A reportagem destaca que a investigação e dois processos relacionados — uma investigação criminal paralela no Brasil e uma ação em corte federal na Geórgia — podem fornecer um raro olhar sobre os negócios da bilionária indústria de turismo sexual internacional, que cada vez está mais focado o Brasil.”*

Então, por isso essa é uma denúncia muito séria e que nós temos de investigar, esta CPI tem de investigar.

Eu agradeço e me ponho à disposição para perguntas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos, então, passar para a discussão do plano de trabalho aqui apresentado. Em seguida, nós iremos apreciar os requerimentos que aqui já temos.

Estão inscritos a Deputada Dalva, o Deputado Roberto Santiago, o Deputado Otoniel Lima, o Deputado Ronaldo Nogueira, a Deputada Fátima Bezerra, a Deputada Erika Kokay e a Deputada Iracema Portella.



Nós vamos passar de pronto a palavra para a Deputada Dalva de Oli... Dalva Figueiredo — quase tão!

**A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO** - Um dia eu chego lá! Quando eu cantar, quando eu soltar a minha voz... (*Risos.*)

Boa tarde, Presidenta, nobres colegas Parlamentares, quero saudar a nossa Relatora.

Digo que este é um trabalho de extrema importância para nós, que dedicamos a nossa militância política a temas como este: garantir às crianças e adolescentes uma vida segura e digna. Mas nós sabemos dos problemas que enfrentamos, todos, nos nossos Estados, com relação a denúncias de exploração sexual, de turismo sexual.

Eu venho de uma região de fronteira, lá do Amapá — fronteira com a Guiana Francesa. Nasci lá no Oiapoque, que faz a fronteira com a Guiana Francesa. Nós temos uma ponte, que, se Deus quiser, o mais rápido possível, estaremos inaugurando, que vai integrar o Amapá à Guiana Francesa. Já existe essa integração através dos garimpos, através da entrada e saída de brasileiros e guianenses. Mas nós queremos, efetivamente, transformar aquela região numa região de alternativa econômica, de inclusão, de desenvolvimento. Nós temos um potencial turístico muito grande, mas nós temos que nos preparar.

Aqui, de acordo com a proposta de trabalho da Relatora, as audiências públicas serão de acordo com os demonstrativos dos mapas. Provavelmente, o Amapá não está inserido nesse mapa, nesse dado, mas é uma região absolutamente delicada por ser uma área de fronteira.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Não só lá; também há outras. Aguardamos as sugestões dos Parlamentares.

**A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO** - Obrigada.

Eu dei entrada hoje a um requerimento, que vai entrar em pauta — então, já estou me antecipando, e daí a minha preocupação com esse item aqui —, pedindo que, independente desse dado, nós tenhamos essa garantia.

No ano passado e neste ano, nós tivemos algumas matérias do *SBT* que mostravam claramente a entrada de franceses lá naquela região, via Oiapoque, nos hotéis, nas pousadas, nas praças, vindo para o lado brasileiro e entrando com



crianças, com meninas, enfim, numa atividade sexual intensa com menores, como turistas.

Então, no Governo brasileiro, no Governo amapaense, aqui mesmo nas Relações Exteriores há vários acordos para serem votados, acordos entre o Governo francês e o Governo brasileiro, criando-se algumas garantias e acordos de cooperação. Então, esse é um ponto importante.

Mas eu gostaria muito de ver esse requerimento, a que dei entrada hoje, repito, contemplado, exatamente por ser essa uma área delicada de fronteira que junta garimpo, exploração sexual, trânsito de turistas entre os dois lados.

Como eu disse, vamos inaugurar a ponte, vamos inaugurar um Instituto Federal de Educação, vamos inaugurar um centro de formação e capacitação técnica para os povos indígenas — existe lá o Museu do Índio. Quanto à BR, já estamos com mais de 60%. Mas estamos numa das regiões mais delicadas, em que existe área de proteção ambiental, área indígena. Então, quando as coisas empacam emperram, levamos algum tempo para poder resolver os problemas. Nós estamos avançando, mas, ainda assim, é uma área delicada.

Eu queria contar com a compreensão dos nossos companheiros aqui, da Comissão, para, com certeza — os dados, proporcionalmente, não aparecem muito nas estatísticas, até por nossas próprias deficiências —, garantirmos esse espaço. Até por também termos sido ultimamente matéria nesse âmbito e em outros que merecem essa atenção, essa dedicação, que possamos pensar e contribuir com propostas para melhorar esse grave problema que nós, na fronteira, enfrentamos nessa área do turismo e da exploração sexual de menores.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra para o Deputado Roberto Santiago. Em seguida, terá a palavra o Deputado Otoniel Lima.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO** - Sra. Presidente, quero saudar todos aqueles que foram eleitos para conduzir os trabalhos desta CPI.

Estou feliz pela quantidade de colegas mulheres nesta CPI. Essa sensibilidade, com certeza absoluta, vai poder nos proporcionar uma profundidade muito maior no trabalho que devemos desenvolver aqui.



Sra. Presidenta, desde quando eu tenho um pouco de discernimento na minha vida, eu escuto falar da prostituição infantil, principalmente. Acompanhei aqui a proposta da nossa Relatora. No Estado do Ceará, no litoral do Nordeste brasileiro, nós sempre tivemos gravíssimos problemas com a prostituição infantil.

Quero crer que nas CPIs, nas Comissões, em vários movimentos que aconteceram em nosso País, não só no Parlamento nacional, mas também nas Assembleias Estaduais, foram realizados trabalhos no sentido de se propor à sociedade um caminho para que possamos trabalhar e construir alternativa concreta, de verdade, para a mudança dessa situação em nosso País.

A Deputada Dalva acabou de citar um problema. Quando vier a ponte, Deputada Dalva, o problema vai-se agravar, claro, porque se vai facilitar a vida das pessoas para se fazer essa locomoção.

Mas a senhora disse duas coisas importantes: uma escola técnica e também uma universidade, que está sendo criada no Amapá para poder dar assistência a esses jovens, a esses adolescentes, para que tenham, verdadeiramente, uma perspectiva de futuro, uma perspectiva de vida. E não vai adiantar se buscar o bandido, o marginal, que hoje está levando as nossas crianças, o traficante, se o Estado brasileiro não criar uma alternativa efetiva, uma alternativa de verdade para que possamos, a médio e a longo prazo — é evidente que imediatamente deve ter ação de polícia e ação de assistência a essas crianças —, consolidar uma ação de efetiva transformação. Isso é coisa de médio e longo prazos, com o poder, com a mão do Estado salvando, tirando, dando oportunidade a essas crianças no País inteiro.

O que eu gostaria, finalizando esta minha fala inicial, é de deixar registrado que temos de nos empenhar muito, porque a nossa responsabilidade aqui é muito grande, até acompanhando a frase que a nossa Relatora colocou aqui no seu roteiro. Eu acho que chega um momento em que os Parlamentares, os políticos do nosso País não podem mais criar só as CPIs, aprovar um relatório, e, de concreto, não se conseguir fazer nada. Quero propor, inclusive, Presidenta, que nós... Há um requerimento aqui, acho que de autoria de V.Exa. — é o quinto de V.Exa. —, que solicita às Assembleias Legislativas dos Estados do Amapá, do Amazonas, do Ceará, de Goiás, da Paraíba, do Pará e do Paraná, entre outros, relatório das



Comissões Parlamentares de Inquérito que trataram do mesmo tema nesses Estados.

Eu gostaria de propor a V.Exa. e a esta Comissão que nós iniciemos os nossos trabalhos focados em cima desses relatórios, porque eu tenho certeza de que vão vir subsídios aqui para que a gente possa ter uma atuação rápida, no sentido de iniciarmos os nossos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputado Roberto Santiago, nós, inclusive, recebemos uma correspondência da Relatoria e da Presidência da CPI que aconteceu na cidade de Fortaleza, com a mesma temática de investigação de exploração sexual de crianças e adolescentes, em que o Relator e o Presidente solicitam uma reunião com esta Comissão, para que possam, inclusive, externar, e, obviamente, oferecer o relatório de conclusão dos trabalhos daquela Capital. Ou seja, nós ali incluímos só Assembleias Legislativas, vamos fazer um adendo para também incluir as Câmaras Municipais, para que possamos ter acesso a esse material.

Vou passar a palavra ao Deputado Otoniel Lima e, em seguida, ao Deputado Ronaldo Nogueira.

**O SR. DEPUTADO OTONIEL LIMA** - Sra. Presidente, Deputada Erika Kokay, e Deputados aqui presentes, antes de falar aqui sobre o nosso tema de trabalho, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer justiça, porque, no início da nossa palavra, assim que terminamos a eleição para 3º Vice-Presidente, eu esqueci de cumprimentar a minha assessoria, a Karine, a Talita, que tem trabalhado e que vai nos auxiliar nesta Comissão. Com todo o seu conhecimento, com todo o seu trabalho, tem nos ajudado nesta Comissão e vai continuar nos ajudando. E cumprimento a Deputada Liliam Sá pelo trabalho, por esse relatório de início de trabalho, para que possamos pautar o nosso trabalho, nesta CPI, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em todos os pontos aqui apontados, porque nós deveremos trabalhar em conjunto com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, com a Polícia Rodoviária Federal, para chegarmos às informações do que já foi feito até agora, do que já foi elaborado até agora, dos processos que foram instaurados, de quais estão em andamento, quais



que já foram colocados em execução, de pessoas que já tiveram envolvimento nesse crime que foram apreendidas pela polícia

Eu vejo aqui, no relatório do início: *“Realizar visitas a instituições buscando apoio para o trabalho da CPI, como a Câmara dos Deputados, o Presidente do Supremo Tribunal Federal...”*, entre outros. Eu só pedi à Relatora se... Não sei se Presidente da Câmara dos Deputados abrange também Presidente das Assembleias Legislativas desses Estados que foram citados aqui, para que nós possamos saber, Sra. Presidenta, se nos Estados existe alguma lei para combater essa prática de crime.

Eu digo isso porque principalmente na cidade de São Paulo, onde residimos — e já trabalhamos muito nessa área, na cidade de São Paulo —, sabemos do grande envolvimento do interior do Estado de São Paulo, da problemática do Estado, dessa prática de abuso de menores, de crianças e adolescentes, principalmente no interior do Estado de São Paulo. Foca-se muito na Capital de São Paulo, na cidade de São Paulo, mas nós esquecemos, muitas das vezes, do interior, da zona metropolitana de São Paulo, que tem crescido dia a dia.

Eu digo isso porque nós recebemos pela manhã, Srs. Deputados, logo cedo, uma mensagem da Polícia do Estado de São Paulo, que, nesta manhã de terça-feira, às 7 horas da manhã, foi apreendido um suposto pastor — digo suposto porque uma pessoa dessas não pode ser considerado como um pastor de uma igreja evangélica — que estava abusando de uma criança de 14 anos há mais de 1 ano. Isso aconteceu na cidade de Sorocaba, e a Polícia Militar fez a apreensão dele logo pela manhã porque recebeu uma denúncia e começou a investigar; e foi apreendida em flagrante, essa pessoa, na cidade de Sorocaba, envolvendo aí... E uma pessoa já conhecida da família. A própria criança disse ao policial que era uma pessoa conhecida da família. Isso na cidade de São Paulo.

Então, nós temos que saber, junto às Assembleias Legislativas dos Estados, se existe alguma lei nas Assembleias Legislativas, até para ser votada, de Deputados que já apresentaram essa lei, e, muitas vezes, está parada na Comissão, na Assembleia Legislativa dos Estados, e não se coloca uma lei em andamento, uma lei mais rígida para esses crimes. E as pessoas têm aproveitado a brecha da lei para cometer esses crimes, principalmente, como eu digo, no interior dos Estados —



não nas Capitais, mas no interior dos Estados. Então, por isso é que eu até... Surge esta dúvida: se os Presidentes das Câmaras dos Deputados também abrangem aqui os Presidentes das Assembleias Legislativas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Pitiman) - Deputado Ronaldo Nogueira, depois, Deputada Fátima Bezerra.

**O SR. DEPUTADO RONALDO NOGUEIRA** - Eu quero cumprimentar, Presidente, as Deputadas e os Deputados que foram eleitos para conduzir os trabalhos desta tão importante Comissão Parlamentar de Inquérito, principalmente porque ela vai tratar da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu gostaria que fosse incluído, no item 7, o Estado do Rio Grande do Sul, também para que ali aconteça uma audiência pública. Mesmo que os índices não sejam tão alarmantes, os casos registrados no Rio Grande do Sul são consideráveis. E eu penso que seria oportuno, em razão da própria posição geográfica do Estado do Rio Grande do Sul também, que seria importantíssimo nós realizarmos lá uma audiência pública e identificarmos casos também. Porque é de conhecimento nosso que existem casos, em alguns Municípios do Rio grande do Sul, inclusive situações em que corre em segredo de justiça a investigação.

Então, é oportuno que esta CPI possa aprofundar essa questão para identificar aqueles que estão cometendo esse crime. E depois, além de levar essas pessoas à devida punição, nós possamos, também, apresentar uma proposta, como política pública, para inibir essas práticas, e que essas crianças não precisem ser submetidas a tal situação, até por uma questão de sobrevivência.

É a nossa participação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Pitiman) - Deputada Fátima Bezerra e, posteriormente, a Deputada Iracema Portella.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar os demais colegas Parlamentares aqui presentes. Semana passada, realmente, eu não pude vir, em função de problemas de saúde. Mas, enfim, por indicação de meu partido, estou junto, aqui, com a Deputada Dalva, a Deputada Erika e queremos participar, dar a nossa contribuição na discussão de um tema que é um tema, na verdade, muito dramático.



Eu estava vendo aqui a proposta de vocês de plano de trabalho — quero, inclusive, parabenizá-los. Acho que já é um bom começo. Do ponto de vista aqui de orientação dos nossos trabalhos, já é, enfim, uma boa proposta. E o fato é que, na verdade, conforme vocês mesmos colocam aqui, este tema é um tema muito dramático, tanto é que já foi objeto de CPI dentro desta Casa, CPI pelos Estados afora. Da própria CPI que foi feita aqui, a última, sob a coordenação da então Deputada Maria do Rosário, hoje nossa Ministra, e da Senadora Patrícia, eu também participei. Acho que é muito pertinente aqui essa iniciativa inclusive de abriremos os trabalhos com a presença da Ministra e da Senadora, com vistas, exatamente, a fazermos um resgate daquele debate, das propostas que foram elencadas, como é que anda, enfim, a implementação dessas políticas públicas voltadas exatamente para o combate à questão da exploração sexual.

E quero dizer ainda o seguinte, Deputado: nesses tempos de Copa do Mundo, mais do que nunca, é pertinente o Congresso Nacional se voltar para o debate dessa questão. Sabemos que a Copa do Mundo traz junto com ela o incentivo, a questão do turismo, de forma muito avassaladora, e, portanto, repito, é importante a gente retomar esse debate, porque é um debate que exige que a gente esteja sempre em alerta. E um debate que, a meu ver, vai ter um caráter, sobretudo, não é Dalva?, de fazer um balanço de como é que anda o papel do Estado frente a essa realidade.

Porque é o seguinte: diagnóstico a gente já tem e muito. Se tem uma coisa que não nos falta é diagnóstico. Diagnóstico sobre esse tema tem em abundância. É evidente que caberá à CPI dar uma atualizada nessa realidade. Portanto, atualizar esse diagnóstico.

No meu Estado, Natal, infelizmente, Deputado Jean, a cidade belíssima que V.Exa. conhece, infelizmente, faz parte do mapa em que a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes é uma das mais dramáticas, uma das mais críticas do País. Natal, junto com Fortaleza, enfim, está nessa rota dessa chaga que rouba a infância, a adolescência de milhares de crianças e adolescentes por este País afora.





Então, quero dizer que estou aqui para colaborar. Nós vamos apresentar um requerimento à luz do que vocês inclusive já estão propondo aqui, que é de realização de audiências públicas lá no Estado.

Vamos já fazer contatos com a Rede de Proteção à Infância e Adolescência lá no nosso Estado, para essa rede já começar a se movimentar, para que ela possa exatamente participar desse debate. Porque o mandato vai exatamente fazer essa ponte entre o debate aqui na Comissão e o debate lá no Estado.

Então, na próxima audiência pública, em sintonia com o próprio plano de trabalho, Deputada Relatora, nós vamos apresentar a proposta de requerimento de audiência pública a ser realizada lá em Natal. E vou me reunir com o pessoal lá em Natal, lá do Estado, da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, e apresentar esse relatório ao pessoal, ao fórum, para que eles possam, inclusive, se for o caso, apresentar mais algumas sugestões que a gente traga de volta, entendeu Deputada Erika, aqui para vocês. Porque eu estava colocando exatamente isso. Esse é um tema que já foi objeto de muita CPI. Eu participei inclusive da outra, Deputada Erika, mas aqui adiantava que nesses tempos de Copa do Mundo, mais do que nunca, é pertinente a gente voltar a se debruçar sobre essa temática. E voltar a se debruçar, acho, que muito com esse olhar, o olhar para além de diagnóstico, porque diagnóstico a gente tem e muito. Mas se voltar para esse tema sob o olhar do ponto de vista de qual é o papel do Estado brasileiro, o que foi que avançou, o que não avançou, o que está travado e o que não está travado.

É isso. O nosso intuito aqui é o de colaborar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu estou inscrita e vou fazer uso da palavra analisando o roteiro de trabalho aqui apresentado.

Quero dizer que o primeiro aspecto é que nós temos alguns movimentos que precisam ser feitos assim de pronto, penso eu.

Um deles é resgatar o trabalho que já foi feito. Então, esse trabalho significa, está inclusive previsto no roteiro de trabalho, que seria o trabalho tanto da CPI Mista, que houve aqui no Congresso, e também das CPIs que aconteceram nos Estados e nos Municípios deste País, porque nós precisamos resgatar para que nós possamos ter uma avaliação exata.



Mas não só isso. Temos não só os trabalhos parlamentares que foram desenvolvidos. Nós temos também um acúmulo de trabalho do ponto de vista do Executivo. Nós temos, por exemplo, uma pesquisa que foi realizada sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós precisamos ter conhecimento dela.

Então, eu acho que o primeiro ponto, o primeiro movimento que esta Comissão deve fazer é se apropriar de todo o acúmulo de discussões e dos relatórios, dos fatos, dos diagnósticos que já foram implementados, seja do Parlamento, nas suas mais variadas esferas e locais, seja do Poder Executivo. Acho que seria um primeiro momento, que está previsto no plano de trabalho, que precisamos transformar em relatório.

Eu acho que nós precisamos convocar realmente, ou convidá-los, para que estejam aqui, os representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a fim de que possam expor não apenas o diagnóstico que pode ser construído ou formatado através do Disque 100, que é um instrumento poderoso, mas também as pesquisas que foram efetivadas pelo Poder Executivo. Sei que pesquisas foram elaboradas. Nós precisamos conhecê-las.

No primeiro momento, então, haveria essas audiências públicas, ou uma audiência pública, para que possamos escutar o Poder Executivo e também nos apropriar de todo o trabalho que foi desenvolvido aqui.

Acho que o roteiro está interessante, ao dizer que é preciso fazer uma reunião com as outras CPIs. Eu acrescentaria a CPI da Violência contra a Mulher, que é uma CPI mista. Há um fenômeno: a exploração sexual atinge basicamente meninas. Meninas. Então, é preciso incorporarmos a contribuição da CPI mista que investiga a violência contra a mulher.

Eu gostaria de pedir à assessoria da Comissão que levantássemos todos os projetos que dizem respeito ao enfrentamento da exploração sexual e do turismo sexual no caso de crianças e adolescentes, que levantássemos todos os projetos que estão nesta Casa, para termos uma noção exata de quais são as proposições legislativas que aqui existem, a fim de que possamos avaliar todas elas. Inclusive é proposta que está no roteiro de trabalho, que eu acho que deve ser considerado.



No primeiro momento, portanto, trabalharíamos com a apropriação de todo o esforço e de todos os movimentos que já foram feitos na mesma linha de investigação da CPI de exploração sexual e de turismo sexual.

Nós temos que, a partir daí, estar escutando os órgãos que lidam diretamente com o combate à exploração sexual. Eu tenho um requerimento em que solicito que haja a participação e a ajuda aqui de representantes do Ministério Público, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que lida com o combate à exploração sexual, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, para que possamos contar com o apoio desses órgãos, por meio da disponibilização de servidores dessas instituições, a fim de que nos possam ajudar a construir esse trabalho.

Penso que uma CPI tem que servir para elaborar um diagnóstico, atualizar um diagnóstico, articular os diversos diagnósticos que existem nos vários locais deste País. Ela deve servir também para estabelecer responsabilização, a partir do seu próprio trabalho e, fundamentalmente, de proposições em que possamos superar a naturalização absolutamente inadmissível da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Penso que a exploração sexual de crianças e adolescentes, o turismo sexual enfeixam uma série de outras explorações: a exploração étnica, via de regra, a social, sem nenhuma dúvida. São expressões da desigualdade social, da desigualdade étnica, da desigualdade etária, de uma lógica adultocêntrica, e de gênero também, uma vez que ela envolve ou submete, numa grande monta, mulheres, meninas do nosso País. São, portanto, quatro tipos de desigualdade que geram discriminações próximas que estão em curso ou que têm como sintoma a exploração sexual de crianças e adolescentes e o turismo sexual.

Uma discussão foi levantada pela Deputada Fátima Bezerra. Diz respeito aos eventos que o Brasil vai abrigar, Copa das Confederações, Copa do Mundo. Esses eventos vão fazer com que o Brasil receba inúmeros turistas do mundo inteiro.

É preciso que tenhamos esse recorte. Dois recortes, penso eu: o recorte das grandes obras, que têm deixado um rastro de recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes, e o recorte dos eventos internacionais que o Brasil abrigará, como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, que, se nada for



feito, vão trazer um recrudescimento do turismo sexual no caso de crianças e adolescentes.

Penso que deveríamos estar também com um olhar no sentido de investigar, entrar em contato, fazer diligências em locais onde há grandes obras. Recentemente, o Fórum de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes esteve realizando uma atividade em Rondônia, onde há duas hidrelétricas sendo construídas. Vai ter uma nova hidrelétrica sendo construída no Estado do Pará. Então, há grandes obras. Tive a oportunidade de estar em Rondônia. É nítida a exploração sexual. E houve recrudescimento depois que tiveram início essas grandes obras: aumentou o número de estupros, o número de casos de gravidez precoce.

Eu acho que temos de nos dedicar a isto, fazer o recorte das grandes obras e dos grandes eventos que o Brasil abrigará, de cunho internacional. E temos de concluir esta CPI com as devidas responsabilizações. Existem rotas. Já foram identificadas centenas de rotas no Brasil. Grande parte está concentrada na região já mencionada aqui pela Deputada Dalva, a Região Norte, região de fronteira. É uma região de vulnerabilidade, que precisa do nosso olhar extremamente atento. É preciso que, a partir dessas obras, haja um processo de desconstrução que vai passar pela eliminação da impunidade.

A impunidade alimenta a existência de rotas de exploração sexual. É o terceiro “negócio” — entre aspas — mais lucrativo deste País. Está abaixo do tráfico de drogas e do tráfico de armas. Muitas vezes há uma relação, um diálogo entre as rotas de exploração sexual que têm finalidade de exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

É extremamente importante a sugestão da Deputada Liliam Sá, no sentido de que possamos ter um olhar especial sobre as regiões onde há consumo de drogas generalizado, as chamadas cracolândias, em nosso País, um olhar especial acerca disso, até porque existe uma relação entre o tráfico de drogas e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com essas considerações, encerro a minha fala.



Vou passar a palavra à Deputada Iracema Portella e, em seguida, ao Deputado Jean Wyllys, para encerrarmos o período de discussão e darmos prosseguimento à pauta estabelecida para esta reunião.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Deputada Erika, peço licença. Vou ter de sair agora porque faço parte da Comissão Especial que está travando o debate do Plano Nacional de Educação, um tema, aliás, que tem tudo a ver com o que estamos tratando aqui neste exato momento.

Vamos então sair agora porque teremos, no caso da referida Comissão, uma reunião muito importante, com a área econômica do Governo, com o Ministro Mantega, para tratar do financiamento da educação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Boa sorte, Deputada Fátima Bezerra.

Passo a palavra à Deputada Iracema Portella, e em seguida falará o Deputado Jean Wyllys, para que possamos dar prosseguimento à nossa reunião.

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Parabênzo a nossa Relatora, a Deputada Liliam, pelo seu plano de trabalho, e gostaria de fazer duas pequenas sugestões.

A primeira delas refere-se ao item 11, letra "i", no sentido de que seja ouvida também, Deputada Liliam, a instituição Childhood, que é da Rainha da Suécia, a Rainha Silvia. É muito importante também, trata desse tema, desse assunto.

Eu gostaria de me juntar à Deputada Erika e à Deputada Fátima Bezerra no que se refere à importância de se investigar, junto aos órgãos competentes do poder público e à sociedade civil, a respeito de que ações estão sendo feitas para prevenir a exploração sexual nessas grandes obras e no caso da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Iracema Portella.

Passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, para que possamos fazer os encaminhamentos.

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Obrigado, Presidenta Erika Kokay.



Deputada Liliam Sá, antes de falar do relatório, eu queria elogiar V.Exa., que hoje veio toda em tons de verde e está muito bonita, da joia à caneta. Parabéns.

Eu estava lendo com atenção o seu relatório, o seu plano de trabalho, que é muito bom, Deputada. Parabéns. Eu queria apenas fazer, concretamente, algumas sugestões. Para não ficarmos chovendo no molhado a cada reunião nossa, na última reunião, de instalação da CPI, já tínhamos concluído que vamos fazer uma atualização do diagnóstico, mas a nossa função, o nosso objetivo primordial é cobrar políticas públicas, uma intervenção eficaz no enfrentamento desse mal. Então, não é mera atualização de diagnóstico, mas um instrumento, uma medida de intervenção mesmo, para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu queria sugerir, relativamente às entidades, que V.Exa. incluísse no item 9 — realizar visitas a instituições —, além do Ministério do Turismo, as Secretarias Estaduais e as Municipais de Turismo e as empresas de promoção de eventos como o carnaval, por exemplo. Em Salvador, eu sei que quem realiza o carnaval é a BAHIATURSA e a EMTURSA, a SALTUR, que acho que mudou o nome agora. Essas empresas também precisam entrar nesse diálogo, porque são empresas promotoras de eventos em que a exploração sexual ocorre bastante.

Além do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Turismo, é preciso que se visite também a Secretaria de Políticas para as Mulheres, por conta do corte de gênero na exploração sexual, ou seja, as meninas são as maiores vítimas, as vítimas preferenciais da exploração sexual; a SEPPIR, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que também tem um acúmulo nesse sentido, já que há, nesse caso, o corte étnico, pois são mulheres negras, sobretudo, e mulatas que são exploradas; e a Secretaria Especial de Combate à Pobreza. Quando a Ministra Tereza Campello esteve aqui, nós tratamos dessa questão da exploração e precisávamos que a Secretaria de Combate à Pobreza incluísse na sua pauta essa vulnerabilidade. A questão de classe social vulnerabiliza muito mais, sabemos, quando mães e pais, às vezes, vendem seus filhos para a exploração sexual. Então, é uma questão também de pobreza.

Entre as entidades da sociedade civil, V.Exa. colocou a CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas eu acho que temos também de ouvir, e não estão citados aqui explicitamente, os Centros de Defesa da Criança e do



Adolescente, os CEDECAs. Eles precisam entrar nessa referência. Precisamos também de um diálogo com as principais universidades do País, que têm um acúmulo no que diz respeito à exploração sexual e à violência sexual. Então, é importante que as academias entrem. Eu sugiro a V.Exa. que as inclua e também a UNESCO, não só o UNICEF, mas a UNESCO, que é o órgão das Nações Unidas que trata da questão da educação. Sabemos muito bem que é fundamental envolver as escolas, porque as escolas têm-se convertido em pontos de contato com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mais uma vez, parabéns pelo plano de trabalho.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada pela sugestão. Acatada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É importante ouvirmos as academias, a UNESCO, o UNICEF, trabalharmos com os CEDECAs, mas também com os Comitês de Enfrentamento. Quase em todos os locais do Brasil há Comitês de Enfrentamento da Exploração Sexual. Então, acho que deveríamos incluir também os Comitês de Enfrentamento. É apenas um adendo à proposta do Deputado Jean Wyllys.

Várias sugestões foram aqui feitas, há o plano de trabalho, que vai ter de se transformar em requerimento. Há grandes medidas, várias propostas aqui em relação às quais é preciso que façamos requerimentos ou ofícios. Por exemplo, reunião com o Presidente da Câmara. Temos de encaminhar um ofício da própria Comissão, se for aprovado o plano de trabalho. No caso de audiências públicas, temos de fazer requerimentos.

Então, Deputada Liliam Sá, sugiro que, depois de efetivada essa discussão e feita a deliberação, a Secretaria da CPI se sente com a sua assessoria, para que possamos transformar todas as sugestões aqui encaminhadas em requerimentos, porque vamos trabalhar com requerimentos e sempre com requerimentos. Os ofícios ficam absolutamente sob a responsabilidade da Secretaria da CPI. Ela efetiva os ofícios das audiências que aqui foram solicitadas.

Feitas as sugestões e as considerações acerca do plano de trabalho apresentado, devolvo a palavra à Relatora, a Deputada Liliam Sá, inclusive para que se posicione sobre se há algum impedimento, algum óbice quanto às sugestões que



aqui foram apresentadas ou não. Que ela possa se posicionar, para que possamos deliberar sobre o plano de trabalho.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Eu fiz algumas anotações sobre o que os Deputados estavam falando. Achei muito importante esse entrosamento nosso, todo o mundo está trabalhando com o mesmo intuito: combater essa mazela que assola o nosso País. Então, eu acato todas as sugestões.

A Deputada Dalva Figueiredo, do Amapá, disse que aqui não está incluído. Eu botei no texto “entre outros”. Então, podem entrar requerimentos de todos os Estados. Eu peguei os das denúncias, os que estão mapeados.

Para começar, temos que pedir a esse serviço de inteligência da Polícia Federal também um relatório, para que nos possamos posicionar.

Eu acho importante o que a nossa Presidenta falou. Primeiro temos que nos reunir com o Presidente desta Casa, pois precisamos que esses técnicos trabalhem conosco, deem suporte à CPI. E precisamos ver quando nos podemos reunir com o Presidente Marco Maia, quando ele pode nos atender.

O Ministério Público, técnicos do Governo, policiais federais também podem nos ajudar, os estaduais, para quem é daqui mesmo, de Brasília. E os consultores, como a Deputada Erika Kokay falou, que sejam ligados aos direitos humanos e à Secretaria da Criança e do Adolescente, porque estão ali, sabem de tudo e podem nos ajudar bastante.

Eu acato todas essas sugestões e quero dizer a V.Exas. que daqui a pouco vão aparecer mais ONGs que trabalham com crianças e adolescentes, Deputado Jean Wyllys, mas que acabamos esquecendo. Começamos, assim, pelo macro, e depois ela vai tomando corpo.

Eu agradeço a disponibilidade de V.Exas. no sentido de mobilizar seus Estados. O que queria fazer era esse pedido. A Deputada Fátima Bezerra disse que vai acionar os atores que trabalham em defesa da criança e do adolescente do Estado dela, para fazer um diagnóstico para que a Comissão possa chegar lá e já ter uma visão total do que está acontecendo no seu Estado. Queria pedir aos Deputados e às Deputadas que querem essas diligências nos seus Estados que também possam entrar em contato com as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores que já fizeram CPI, com os conselheiros tutelares, com o Conselho





Tutelar, de base, para que possamos ter acesso a essas informações e para que o nosso trabalho, ao chegarmos lá, seja mais produtivo.

Não tendo mais nada a falar, eu devolvo a palavra para a nossa Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou consultar os Parlamentares que aqui estão acerca do roteiro de trabalho apresentado, obviamente com as sugestões que foram aqui feitas e devidamente acatadas pela Relatora.

Vamos proceder à votação do roteiro de trabalho, com as sugestões efetivadas e acatadas pela Relatora.

Solicito aos Deputados e às Deputadas que estão de acordo com o roteiro de trabalho, com as devidas sugestões acatadas, que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O colegiado aprova a proposta apresentada, com as modificações sugeridas e devidamente acatadas pela Relatora durante a discussão.

Vamos para o terceiro item da pauta. Nós vamos apreciar os requerimentos. Quando da apreciação dos requerimentos de minha autoria, passarei a presidência para o Deputado Jean Wyllys. Mas vamos aos requerimentos.

Deputado Jean Wyllys, eu queria que V.Exa. se sentasse a esta mesa, porque, quando da apreciação dos requerimentos de minha autoria, V.Exa. terá que assumir a presidência.

Requerimento nº 1/12, da Sra. Deputada Iracema Portella, que requer sejam convidadas a prestar depoimentos, nesta CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, e a Deputada Estadual do Ceará Patrícia Saboya.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS** - Eu quero fazer uma sugestão, Presidenta. Para agilizar, para tornar objetivos os nossos trabalhos, não é possível lermos todos os requerimentos e submetermos todos a uma votação final? Não é possível regimentalmente?



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Numa CPI, não podemos proceder dessa forma. Vamos votá-los. Será rápido.

Em votação o requerimento apresentado pela Deputada Iracema Portella.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 2/12, do Deputado Luiz Pitiman, que requer a convocação do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de abusos físicos e sexuais cometidos por policiais militares contra crianças e adolescentes moradores de rua, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito — Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 3/12, do Sr. Luiz Pitiman, que requer a convocação da Promotora da Infância e da Juventude, Dra. Luisa de Marillac, para manifestar-se sobre denúncias de abusos físicos e sexuais cometidos por policiais militares contra crianças e adolescentes moradores de rua.

Eu sugeriria, até porque não temos poder, penso eu, para convocar uma pessoa do Ministério Público, que o transformemos em convite.

Se não houver quem se oponha, eu o coloco em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, com a devida modificação.

Os próximos seis requerimentos são de minha autoria. Portanto, passo a presidência para o Deputado Jean Wyllys, a fim de que possa conduzir a discussão e a votação dos requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jean Wyllys) - Requerimento nº 4/12, da Sra. Deputada Erika Kokay, que requer a realização de reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados para apresentação do Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e solicitação de condições para o pleno desenvolvimento dos trabalhos da CPI.

Em votação.



Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 5/12, da Sra. Deputada Erika Kokay, que solicita às Assembleias Legislativas dos Estados do Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Paraíba, Pará, Paraná, entre outras unidades federativas, relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas para tratar da temática objeto desta Comissão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 6/12, da Sra. Erika Kokay, que requer apoio da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério Público na disponibilização de pessoas dos referidos órgãos para auxiliarem no desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 7/12, da Sra. Deputada Erika Kokay, que requer a realização de diligência por esta Comissão para apurar as denúncias de atos de violência sexual contra crianças e adolescentes em situação de rua no Distrito Federal, violação praticada inclusive por policiais.

A autora do requerimento quer fazer algumas considerações.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deputado, apenas pontuo que, como o requerimento está genérico, as diligências dizem respeito à oitiva dessas crianças e desses adolescentes que estão acusando agentes públicos, por terem sido vítimas de exploração ou de violência policial. Que possamos fazer uma diligência, que possamos estar no local onde essas crianças e esses adolescentes estão habitando, ou vivendo, que é a área central do Distrito Federal, para ali verificarmos essas condições. Por fim, que possamos colher os depoimentos, conversar, chamar para esta Comissão, para que possam fazer as exposições necessárias, os representantes de uma instituição ligada à Universidade de Brasília, Violes, que



elaborou uma pesquisa com o recorte de exploração sexual de crianças e adolescentes na região central do Distrito Federal.

Pontuo isso verbalmente e submeto esse requerimento, com esses detalhes, à apreciação de V.Exas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jean Wyllys) - Em votação o Requerimento nº 7/12, da Deputada Erika Kokay, com as considerações feitas pela Deputada agora há pouco.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como estão  
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 8/12, da Sra. Erika Kokay, que requer a realização de audiência com o Procurador-Geral da República, para tratar da decisão do Superior Tribunal de Justiça — STJ de inocentar homem acusado pelo estupro de três adolescentes.

É um absurdo isso, Deputada. Eu não me canso de ficar indignado com essa decisão. É bastante pertinente o seu requerimento.

Os Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como estão.  
(Pausa.)

Aprovado.

Por fim, Requerimento nº 9/12, da Deputada Erika Kokay, que requer a realização de audiência com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça para tratar da decisão daquele órgão de inocentar...

É a mesma coisa, Deputada? É o mesmo requerimento, ou são assuntos diferentes? Ah, entendi agora. Um se refere ao Ministério Público, e o outro, ao Superior Tribunal de Justiça.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Quero apenas dizer que temos absoluta consciência de que não cabe a um outro Poder prestar os esclarecimentos, sobre uma decisão tomada, a esta Casa de Leis. Nós queremos fazer uma reunião para expor o nosso posicionamento acerca da decisão. Obviamente, não queremos ali fazer qualquer tipo de ingerência, que possa ser entendida como um processo de invasão na competência de outro Poder. Devem funcionar harmonicamente todos os



poderes em uma república, mas devem ter a sua independência e a sua autonomia. Eu queria apenas deixar clara essa intenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jean Wyllys) - Bastante clara a sua intenção, Deputada. O fato de haver autonomia entre os três Poderes não impede que dialoguem entre si, na construção de um Estado Democrático de Direito e justo para todo o mundo.

Deixo claro que, no Requerimento nº 8, faz-se um pedido de audiência ao Procurador-Geral da República. O seguinte refere-se ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça — STJ.

Os Deputados que concordam com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convido a Deputada Erika Kokay a reassumir os trabalhos como Presidenta da Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Jean Wyllys.

Para que possamos encerrar, vamos proceder da seguinte forma, se todos e todas estiverem de acordo. Vamos traduzir o roteiro de trabalho, Deputada Liliam, e a Secretaria da Comissão nos dará uma ajuda valiosa nesse sentido, no que couber, em ofícios; no que couber, em requerimentos. E obviamente os requerimentos — os requerimentos — terão que ser apreciados.

Alguns requerimentos chegaram fora do prazo estabelecido anteriormente. Vamos reafirmar que os requerimentos têm que chegar a esta Comissão no dia anterior, para que possam ser publicados, inclusive, na Ordem do Dia da Comissão. Há requerimentos do Deputado Luiz Couto e outros requerimentos que não podemos, Deputada Liliam Sá, apreciar hoje. Nós os apreciaremos na próxima reunião da Comissão.

Deixo claro que vamos traduzir, no que couber, o plano de trabalho em requerimentos; no que couber, em ofícios, que não precisam de apreciação desta Comissão — os requerimentos, sim.

Vamos estar elaborando, Deputada Liliam — eu pediria a sua colaboração, mais uma vez, nesse sentido —, um cronograma de audiências a partir do plano de



trabalho que aqui foi apresentado. Que possamos fazer um cronograma. Vamos discutir audiência na semana tal, na semana tal, na semana tal e tal, e tudo o mais, para que possamos estar trabalhando com isso.

Há um requerimento, aprovado, da Deputada Iracema, para realização de audiência pública com a Ministra Maria do Rosário e a Deputada Patrícia Saboya. Vamos buscar o agendamento. Deveremos realizar nossa próxima reunião no dia 17 de abril, na próxima terça-feira, às 10 horas, reunião de audiência pública. Está certo? Nós a realizaremos na próxima terça, às 10 horas e, em seguida, apresentaremos um cronograma, um roteiro de audiências públicas, para que possamos apreciá-lo e possam os Deputados e as Deputadas se organizar para tanto.

Com a palavra a Deputada Liliam Sá.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Sra. Presidente, como temos pouco tempo — sabemos que é um ano muito difícil, um ano eleitoral —, que nessas audiências pudéssemos dividir o tempo para ouvir as pessoas. Num dia poderíamos ouvir pelo menos umas quatro pessoas, dividir mais o tempo, para que as reuniões sejam mais proveitosas. Fazemos audiência pública com uma pessoa só, ficamos aqui o dia inteiro... Podemos fazer algo mais dinâmico, dividir esse tempo. Poderíamos fazer um recorte. Na mesma data ouviríamos mais de uma pessoa, que falaria sobre o assunto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Se os Deputados e Deputadas estiverem de acordo, vamos realizar a primeira audiência pública desta Comissão. Vamos, a partir dos requerimentos aprovados, fazer a determinação, de acordo com as agendas das pessoas que vão participar dessa audiência pública.

Será na terça-feira pela manhã, às 10 horas. Estou sugerindo que façamos também na terça-feira, às 14h30min, reunião com cunho exclusivamente deliberativo. Vamos apreciar os requerimentos que não puderam ser apreciados hoje, os requerimentos fruto do plano de trabalho e o cronograma, o calendário a ser construído com a participação, obviamente, da nossa Relatora.

Então, se todos estiverem de acordo, terça-feira, às 10 horas, vamos realizar a primeira audiência pública, de acordo com a agenda das pessoas que serão convidadas para essa audiência pública ou com as oitivas. Vamos ver o que é



possível construir para terça de manhã, do ponto de vista de audiência pública ou de oitiva. Não se exige *quorum* regimental para que possam acontecer. Na parte da tarde, quando, via de regra, há mais Parlamentares na Casa, no dia 17, às 14h30min, aí, sim, uma reunião deliberativa, em que temos de estar submetidos ao *quorum* regimental. Podemos fazer assim?

Com a palavra o Deputado Otoniel, 3º Vice-Presidente.

**O SR. DEPUTADO OTONIEL LIMA** - Sra. Presidente, cumprimento V.Exa.

No caso de terça-feira, pela manhã, não sei. Quanto ao nosso voo, só chegamos a Brasília às 11 horas da manhã. Então, às 10 horas... Se for possível chegar um pouco mais tarde...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Estou sugerindo isso para tentarmos fazer uma experiência, porque temos um ano realmente muito curto. Que possamos aproveitar as terças de manhã para realizar audiências públicas, que não exigem *quorum*. E que possamos utilizar as terças à tarde para realizar as reuniões deliberativas, e também as audiências públicas quando for o caso.

Na próxima terça, Deputado Otoniel, vamos tentar organizar a primeira reunião de audiência pública. Vamos fazer uma experiência. Na parte da tarde, vamos apreciar os requerimentos que não chegaram em tempo hábil e não puderam ser apreciados hoje e também o roteiro, o calendário, o cronograma de audiências, de oitivas, de diligências. Nós temos que traduzir esse plano de trabalho em requerimentos, para serem apreciados na próxima terça à tarde; em ofícios, que não precisam ser apreciados, e também em um cronograma de atividades, que vai incluir oitivas, diligências, audiências públicas em Estados. Nós temos que montar um roteiro, formatar em proposições concretas o roteiro que apreciamos hoje.

Com a palavra a Deputada Iracema.

**A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA** - Deputada Erika, com relação à audiência pública ser na próxima terça-feira pela manhã, eu não concordo. Será uma audiência pública muito importante, e vai estar esvaziado aqui o plenário, porque a maioria dos Deputados realmente chega a esta Casa ao meio-dia. Então, sugiro que a senhora reveja essa posição, para que essa audiência pública ocorra na terça-feira à tarde. Eu acho que seria mais interessante.



Pode ser feita a audiência pública e também a reunião deliberativa. Eu acho que não há problema algum.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos fazer isso então. Acatando a sugestão da Deputada Iracema Portella, vamos tentar ver se conseguimos fazer a reunião. Começamos com a reunião de audiência pública. Quando atingirmos o *quorum* regimental, nós suspendemos a audiência pública, deliberamos acerca dos requerimentos e, em seguida, damos continuidade à audiência pública. Pode ser assim? Nós vamos precisar de *quorum* para a deliberação dos requerimentos.

Podemos começar a audiência pública às 14 horas, às 14h30min. Se não houver *quorum*, começamos a audiência pública, e a interrompemos quando houver *quorum*, ou então esperamos o encerramento da audiência pública e fazemos a reunião deliberativa, em que podemos deliberar sobre os requerimentos. Podemos fazer assim, então?

Vamos trabalhar sempre construindo o consenso. Vamos, então, com essas reformulações, chamar a próxima reunião ordinária, que poderá agregar uma reunião de audiência pública. Todos os Parlamentares serão devidamente informados por meio eletrônico. Vou reafirmar isso para que os gabinetes se preparem ou se instrumentalizem para que possam estar atentos. As correspondências serão sempre enviadas por meio eletrônico.

Os requerimentos a serem apreciados na terça-feira têm que ser protocolados nesta Comissão até o dia anterior, portanto, até segunda-feira, às 18 horas.

Com essas deliberações, vou declarar encerrada a presente reunião ordinária, mas antes convoco a próxima reunião para terça-feira, dia 17 de abril, às 14h30min, em que haverá audiência pública, a ser divulgada posteriormente, e apreciação dos requerimentos que estiverem na Ordem do Dia.

Agradecendo a presença de todas e de todos, declaro encerrada a presente reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.